

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

**PRECONCEITO RACIAL EM AMBIENTES ESCOLARES: ENFRENTAMENTOS E
NOVAS ABORDAGENS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO**

ORIENTANDA: SORAIA DOS SANTOS ALMEIDA
ORIENTADORA: Prof^ª Dr^ª CLAUDIA MIRANDA
RIO DE JANEIRO
2014

Soraia dos Santos Almeida

**PRECONCEITO RACIAL EM AMBIENTES ESCOLARES: ENFRENTAMENTOS E
NOVAS ABORDAGENS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada como exigência final da disciplina Monografia II do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orientadora: Prof^ª Dr^ª Claudia Miranda. Rio de Janeiro, 2014.

Rio de Janeiro
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

**PRECONCEITO RACIAL EM AMBIENTES ESCOLARES: ENFRENTAMENTOS E
NOVAS ABORDAGENS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO**

Soraia dos Santos Almeida

Aprovada em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Claudia Miranda. Orientadora

Prof^ª Dr^ª Maria Elena Viana Souza

Rio de Janeiro

2014

DEDICATÓRIA:

Dedico a todos aqueles que me ajudaram, direta ou indiretamente, contribuindo assim para a construção deste trabalho.

De maneira especial à minha mãe e ao meu irmão, além dos educadores que estão sempre buscando incentivar uma práxis reflexiva, construtiva e afetiva dentro da prática magistério.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças para concluir este trabalho. Aos professores que, em vários momentos, foram amigos e companheiros de jornada e à equipe do administrativo desta universidade que, por vezes, me socorreu.

Agradeço também a minha orientadora Prof^a Dr^a Claudia Miranda, pelos conselhos e incentivos durante todo o tempo de estudo e pesquisa.

Agradeço a minha sobrinha Suiane Almeida, ao meu tio Júlio César e a todos aqueles que, direta ou indiretamente, me incentivaram e me motivaram a dar continuidade a mais esse sonho.

Agradeço especialmente a minha mãe Sonia Regina dos Santos Almeida, por seu apoio e incentivo para que eu pudesse seguir em frente e ao meu irmão Michel dos Santos Almeida que veio em meu socorro inúmeras vezes, enfim, a essas duas pessoas que não mediram esforços para que eu chegasse a mais essa etapa de minha vida e ainda em memória do meu pai Miguel de Almeida que sempre me disse que a educação era o bem mais precioso que ele poderia me deixar. O meu muito obrigado! Obrigada pela paciência, incentivo, pela força e principalmente pelo carinho a mim dedicado. Valeu a pena cada sufoco e cada dificuldade encontrada e superadas pelo caminho. Valeu a pena enfrentar a distância, o sofrimento, após esse longo trajeto. Esta é mais uma vitória em família que começa a colher os frutos de todo esse empenho.

RESUMO:

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo, discutir alguns aspectos sobre a Educação das Relações Étnico-raciais no ambiente escolar. O interesse por esta temática surgiu a partir das experiências vivenciadas durante a vida escolar, considerando a experiência nos espaços formais como estudante e nos espaços onde atuei como educadora. Algumas experiências foram proporcionadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) de Ensino Fundamental, em uma escola da Rede Municipal de Ensino, situada na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, localizada no bairro de Botafogo e através da pesquisa de campo realizada em uma escola municipal, do bairro de São Cristóvão. Pode-se considerar que a discriminação racial acontece com mais frequência que se imagina e é agravada pelas táticas de naturalização que passam despercebidas. Desta forma, a temática aqui abordada é de grande interesse para o debate sobre desigualdades raciais e educação sobretudo nas últimas décadas. Foram utilizados como apoio teórico os autores Domingues (2007), Gomes (2005), Oliveira (1999), Miranda (2013) e Souza (2005), tendo em vista as contribuições que os mesmos oferecem a este eixo de investigação.

Palavras-chave: Preconceito racial; Sensibilização docente; Cultura Afro-brasileira, Valorização da presença africana.

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo I- Um Novo olhar sobre as Práticas Educativas.....	11
1.1-Formação de Professores, diversidade e novos debates educacionais	13
1.2- O Mito da Democracia Racial	16
Capítulo II – O preconceito dentro dos Ambientes Escolares: enfrentando as formas tradicionais e atuais do racismo.....	18
2.1- A População Negra nos Materiais Didáticos	23
2.2- Rompendo com os estereótipos: O negro e a Literatura	27
Capítulo III- Um Breve Balanço: O que Mudou com a Lei 10.639/03	32
3.1- O negro e a Educação no Brasil: O que Dizem os PCNs	37
Considerações finais.....	42
Referências	44

INTRODUÇÃO

A monografia aqui apresentada trata das lutas antirracistas, principalmente, dentro das instituições escolares, questão essa que felizmente vem aumentando, gradativamente, e vem sendo cada vez mais abordada e enfrentada por estudantes e pesquisadores. A literatura já produzida indica o quanto este aspecto é relevante, porque a educação é um direito de todos os brasileiros - crianças, jovens e adultos, independentemente, de seu pertencimento racial, para que se tornem sujeitos sociais reconhecendo as diferenças e, principalmente, a diversidade étnica presente em nosso país. Também por isso, parto de um esforço que pretende ser uma contribuição para o campo de estudos da “Educação das Relações Étnico-raciais” e dialogar com as análises já realizadas por pesquisadoras/es da temática.

Reconheço a urgência de realizarmos outros estudos que cruzem os temas “Educação” e “Relações Étnico-raciais”. O referencial teórico foi feito com base nos estudos de autores/as, cuja temática traz críticas e sugestões de como entender e transformar os atritos próprios das lutas antirracistas, sempre levando em conta que a discriminação é um fenômeno que envolve grande complexidade, tanto no que se refere a sua abordagem quanto no seu tratamento mais específico.

Diante de tantas mudanças e transformações na formação de professores (da Educação Infantil, anos iniciais do ensino fundamental I e do Ensino Médio), tanto na sua conjuntura quanto em sua legislação, fui levada a trazer as minhas contribuições no que se refere à *formação continuada* e à *prática docente*. Minha trajetória de vida foi marcada pelo bom humor, coerência na prática educativa e garra. São essas as características que auxiliaram na elaboração deste trabalho, onde utilizei todas as dificuldades enfrentadas, por um lado, e a superação por outro. Também no campo acadêmico, vivi outros confrontos relacionados ao preconceito racial/racismo, mas que favoreceram novas questões para análise.

A leitura do trabalho *Esqueci meu coração embaixo da Carteira* (SOUZA, 2002) faz emergir alguns aspectos interessantes, onde a partir de uma pequena análise sobre o preconceito dentro das salas de aula, possui suas contradições que foram e ainda são enfrentadas, além de identificar o quão grande é a dificuldade que as/os professores têm em lidar com este tipo de situação: o preconceito racial. É nesse sentido que surge a tentativa de se investigar aspectos que dizem respeito ao processo de mudança, no âmbito das relações

raciais objetivando entender as formas de se enfrentar e encarar este problema com transparência, para que o mesmo seja minimizado. Dessa forma compartilho com Poter (1973, p. 89) que nos aponta oito fatores que funcionam como principais mecanismos de transmissão do problema racial, fator este transmitido desde a infância. São eles:

1. “Família (através de processos de identificação entre filhos e pais, e da existência de conversar entre adultos na presença de crianças);
2. Surtis pistas comportamentais fornecidas pelo adulto (como por exemplo, sobrancelhas levantadas ou demonstração de raiva, orgulho etc);
3. Comentários dos pares (grupo de brincadeiras ou da escola);
4. Admiração, por outros, da aparência pessoal da criança (por exemplo: elogio ao cabelo, cor dos olhos etc);
5. Associações culturais e simbólicas de cores (existe uma conotação positiva para as palavras *branco* ou *claro* e negativa para as palavras *preto*, *negro* ou *escuro*, por exemplo: *a expressão a coisa está preta*);
6. Material de leitura infantil estereotipado (tanto os livros didáticos quanto os de literatura);
7. Meios de comunicação de massa (através da exposição direta ou dos comentários dos adultos sobre os assuntos veiculados pela televisão, especialmente);
8. Observação feita pela criança da ocupação racial de papéis sociais.

Assim sendo, é cabível dizer que é grande a necessidade de se ter uma maior abordagem da temática sendo esta com muita nitidez e seriedade, para que realmente possa desempenhar o papel a que se destina.

O texto aqui apresentado está dividido da seguinte forma. No primeiro capítulo, abordo a relevância das experiências como bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) no subprojeto Ensino Fundamental e subprojeto Educação Infantil, incluindo os estágios obrigatórios e não obrigatórios, que serviram como ponto de partida e motivação e como eixo norteador para essa pesquisa. A prática pedagógica, a formação de professores e a diversidade no debate educacional, trazendo levantamentos acerca dos efeitos negativos provenientes de uma naturalização presente em nossas escolas que acaba perpetuando a visão de que as populações negras são representadas como inferiores. O foco está na insistente permanência das ideologias racista através do não reconhecimento dessa presença na história e na cultura brasileira. Além disso, a ausência de reformulações de conceitos eurocêntricos utilizados, fato este que se torna um obstáculo no processo de (des) aprendizagens, para uma significativa mudança em nossas ações, para haver uma melhor aceitação no que diz respeito a conviver com as diferenças.

No segundo capítulo, o destaque foi a naturalização das formas de discriminação dentro dos ambientes escolares e as táticas de enfrentamento que implicam a tomada de posição da comunidade escolar. Chamo a atenção para a necessidade de reparo na versão equivocada, preconceituosa e estereotipada dos professores em relação aos educandos, além

disso, a importância de uma sensibilização docente no que tange à discriminação racial e à multiculturalidade presente no país e o reconhecimento da importância do negro como ser histórico. Defendo a formação continuada, o cuidado na escolha dos materiais didáticos para que estes auxiliem as práticas mais plurais e a necessidade de uma maior abrangência da temática étnico-racial no currículo escolar. A essencial presença de personagens negros nos livros didáticos e paradidáticos retratando de maneira correta, a participação deste grupo, na construção histórica e cultural do Brasil são alguns dos aspectos abordados.

Por fim, no terceiro capítulo, um breve balanço sobre a Lei 10.639/03, o que mudou e o que ainda precisa mudar, o que dizem os Parâmetros Curriculares nacionais (PCNs) sobre pluralidade cultural e a relevância de se abordar a temática étnico-racial, são alguns dos questionamentos levantados.

CAPÍTULO I

UM NOVO OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Foi através do Programa de Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência PIBID¹/UNIRIO², oferecido pela CAPES³ por meio das universidades que trabalham com a formação de professores, que surgiu o interesse pela temática étnico-racial. O programa dedica-se à concessão de bolsas aos estudantes de licenciatura para que ingressem na docência ainda durante a graduação. Os bolsistas passam a participar de projetos desenvolvidos por professores da universidade em escolas públicas, buscando aprender com a prática, além de integrar a pesquisa e extensão.

O programa oportuniza o ingresso no espaço de trabalho durante o período de graduação em licenciatura, tendo como incentivo uma bolsa mensal da CAPES para que o licenciando aprenda na vivência com a teoria e a prática. Ao final de sua participação no projeto, o bolsista recebe um certificado com as horas que dedicou à prática de ensino. É importante dizer também que as bolsas são distribuídas por meio de edital e tem como principais objetivos fixar o estudante de licenciatura na docência; articular esforços entre a universidade e a escola pública na formação de professores; qualificar os cursos de licenciatura; aproveitar saberes da prática escolar na formação de professores, além de contribuir com a manutenção do estudante de licenciatura durante a sua formação.

Assim sendo, entendendo o aluno como ser participante e ativo no processo ensino-aprendizagem, a preocupação é em aliar teoria e prática, com atividade pensadas de acordo com o contexto sociocultural em que o educando está inserido, uma vez que o consideramos como ser social que tem seus conhecimentos prévios, procuramos incentivar a criança pelo gosto da aprendizagem, tendo a plena consciência de que o nosso papel é mediar este processo e potencializar os saberes desses discentes, fazendo com que desconstruam a imagem de incapacidade que têm de si além de nos possibilitar pensar e repensar a relação existente entre a teoria e a prática.

¹ Oferecido pela CAPES, o programa teve início na UNIRIO, no edital de 2009, com bolsistas ativos a partir de 2010. Tem como Coordenadora do Projeto Institucional PIBID/UNIRIO a Prof^ª Dr^ª Andréa Rosana Fetzner e como Coordenadora de Gestão do Projeto Institucional PIBID/UNIRIO a Prof^ª Dr^ª Maria Elena Viana Souza. Contato: pibid@unirio.br

² Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

³ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Ao analisar as experiências no “chão da escola”, percebe-se que a nossa educação pública ainda está muito aquém de uma educação de qualidade, que esteja comprometida em formar verdadeiros cidadãos, tendo-os como seres iguais em seus direitos, independentemente da cor de sua pele.

Em suma, acredito que as experiências no PIBID tem sido de grande importância para meu crescimento acadêmico e desenvolvimento profissional, pois possibilita pensar e repensar a relação existente entre teoria e prática, enxergando que não é impossível ter práticas educativas diferenciadas. Entendo que os encontros de preparo e troca de experiências, ajudaram muito a pensar a forma em como desenvolver o trabalho no decorrer do projeto, possibilitando também a reflexão crítica sobre o meu papel como educadora. Também é válido ressaltar que este projeto trouxe um grande impacto na forma de ver e entender o educando.

Assim sendo, afirmo que o PIBID proporcionou a chance de ter um olhar renovado às práticas educativas, despertando o interesse não só pela docência, mas também e, principalmente, pela questão racial dentro do espaço escolar, pois foi possível compreender e adotar métodos diferentes e prazerosos de ensino-aprendizagem. Foi possível entender a importância e responsabilidade que temos como educadores. Portanto, ressalto que o PIBID me proporcionou e vem proporcionando um grande crescimento acadêmico e profissional.

I.1 A formação de professores e a diversidade no debate educacional

É importante pontuar que, no Brasil, as lutas por garantia dos direitos humanos são desafiadas, dia a dia, pela forma naturalizada do racismo que é, ainda hoje, um grave problema que desumaniza grupos inteiros.

Pensando com Souza (2005, p.91), vimos que:

[...] O discurso do respeito pelas diferenças culturais vem carregado de conotações sobre o "eu e o outro" - pode-se até falar em diversidade, mas, não sobre o eu e o outro em relação, em alteridade - porque esse "eu e o outro em relação" pressupõe a "descentralização do olhar", isto é, a sensibilidade de se colocar no lugar do outro, de ver como o outro vê, aceitar um conhecimento que não se pauta exatamente nos nossos modelos de conhecimento. A noção de alteridade, enfim, supera o aceitar a existência do outro apenas como necessidade e interesse econômico, construindo-se assim uma identidade de aceitação do outro.

Ao nos confrontarmos com essas impressões, vimos como são grandes os efeitos negativos provenientes da naturalização das práticas de inferiorização dos grupos pretos e pardos (negros). O foco, a partir do fragmento anteriormente recuperado, é a "diferença". São aspectos que ainda não foram contemplados e sua invisibilidade está reforçada em grande parte por meio de processos pedagógicos, visto que as representações sociais construídas são negativas, impregnadas de estereótipos que são internalizados desde a educação infantil. São impregnados a partir das ideologias do racismo, sendo elas capazes de forjar as identidades no desenvolvimento da personalidade dos sujeitos estigmatizados.

Ainda conforme Souza (2005, p.91),

vivemos num país em que a diversidade racial é notória e, no entanto, a cultura e a ideologia são de matriz européia. A criança negra ou descendente de negros desenvolve-se nessa ideologia e nessa cultura, situando-se num referencial que não faz parte da história de sua ascendência. Não conhecendo a sua história, as suas raízes, a importância que seus antepassados tiveram na construção desse país, esse sujeito vai se construindo dentro de um ideal de ego branco que é o ideal valorizado como um todo. Se a população negra e/ou mestiça não vivesse em condições inferiores tanto econômica, quanto social e racialmente, talvez não houvesse grandes problemas na construção da identidade desse grupo populacional. Mas, o que se vê é uma população portadora de uma identidade menos positiva do que negativa. Uma postura de alteridade se faz necessária para que a sociedade, de forma geral, entenda essa diversidade e consiga se colocar nesse processo de "ver-se e ver ao outro".

O não reconhecimento da história e a invisibilização da presença africana emergem como aspectos fundamentais para entendermos o problema a ser enfrentado no âmbito do sistema educacional. Com base nas leituras realizadas até aqui, podemos supor que é preciso buscar outros parâmetros e referências para uma melhor compreensão do que venha significar a luta pela garantia das *identidades negras* no Brasil. Para que isso possa fazer parte das agendas das lutas antirracistas, é necessário subsidiar o pensamento e a elaboração de ambiências concretas que fomentem tal processo. Assim sendo, é possível dizer que tanto o processo do *tornar-se negro* como a agenda que destaca novas apreensões acerca das *identidades negras* tem necessariamente que passar pela desconstrução das representações do negro que são construídas pela sociedade por meio das ideologias racistas e da supremacia branca.

Ao observarmos as diferentes etapas de inserção social da população negra no Brasil, é perceptível o anseio deste segmento por estratégias que possam libertá-los dos estereótipos impostos e definidos pela sociedade, fato esse que acaba por restringir a comunidade negra com o pensamento de que a sua identidade está extremamente limitada aos campos do esporte, do ritmo, do carnaval e da culinária, delimitando assim os afrodescendentes às áreas coletivas, ficando esses excluídos das esferas políticas, tecnológicas, econômica e científica, ou seja, excluídos da cidadania produtiva e, principalmente, de ser um participante do protagonismo social.

A ausência na abordagem desta questão dentro das escolas é muito preocupante. Sobre a percepção do racismo, sabemos que todos os dias ocorrem situações desumanizadoras e, apesar disso, a sociedade insiste em descartar a sua existência. Neste sentido, a escola tem grande responsabilidade, pois só a partir de uma educação intencional e sistemática será possível dar os primeiros passos rumo a uma apropriação de informações culturais positivas e que se ratifique a presença africana no Brasil.

De acordo com o Oliveira,

para que haja um trabalho sistemático, comprometido com a apropriação de conhecimentos, que contribuam para compreender o racismo como uma ideologia que traz graves problemas sociais, a ação intencional da escola se faz necessário porque a natureza acidental do trabalho educativo familiar não dá conta de fazê-lo, não sendo de sua alçada a educação sistematizada e, sim da instituição escolar. (1999,p.136)

Assim, diante do que podemos observar dentro da sociedade brasileira, de certa forma, a fragilidade frente à temática racial, acaba fortalecendo e favorecendo a permanência da

ideologia racista. Cada vez mais se houve falar de denúncias de práticas racistas em diferentes áreas e podemos dizer que, apesar de nunca ter existido uma política de segregação racial no Brasil, como houve, por exemplo, na África do Sul, o Brasil está formado por uma *África Interna*.

I.2 O Mito da Democracia Racial

Atualmente, a nossa sociedade vive um momento onde cada vez mais ouvimos falar sobre denúncias de práticas racistas, em diferentes áreas. Temos algumas leis que dão respaldo legal, porém, ainda são poucas as transformações e os efeitos encontrados em nossa sociedade, em um contexto que ainda se encontra em uma escravidão mental e social que transborda através de atos de injúria racial.

Alguns avanços já são vistos apesar da continuidade de um tipo de negação da presença do racismo no Brasil, que se reflete em atitudes perversas no cotidiano da sociedade brasileira. Isso faz com que o mito da democracia racial seja desmascarado, diariamente. Conforme Domingues (2007, p.115), pesquisador das questões raciais no Brasil,

para incentivar o negro a assumir sua condição racial, o MNU [Movimento Negro Unificado] resolveu não só despojar o termo “negro” de sua conotação pejorativa, mas o adotou oficialmente para designar todos os descendentes de africanos escravizados no país. Assim, ele deixou de ser considerado ofensivo e passou a ser usado com orgulho pelos ativistas, o que não acontecia tempos atrás.

O Movimento Negro e suas diferentes instâncias, que atuam denunciando e combatendo o racismo, tem apresentado um grande empenho na sua negociação junto ao estado brasileiro para garantir os direitos das populações em desvantagem pela racialização. Segundo Miranda (2013, p.105),

após 10 anos de promulgação da Lei n.10.639/03, discute-se no Brasil, alternativas que possam viabilizar a aderência aos pressupostos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais (2004) que orientam sua aplicação. Busca-se, ainda, entender outras configurações bem como manifestações sobre a insurgência daqueles/as representados como *outsiders* na esfera pública.

Evidencia-se uma grande quantidade de denúncias de manifestações de racismo ainda hoje no Brasil, país esse conhecido por sua “miscigenação” e por sua pluralidade étnica. Também é válido destacar as inúmeras tentativas de mudanças nesse sentido, como podemos perceber com a criação do Museu Afro- Brasil em São Paulo, um pavilhão desenhado por Oscar Niemayer, no Parque Ibirapuera, que nasceu como “uma provocação” positiva para a sociedade. O museu tenta exaltar/mostrar o orgulho negro, no qual o mesmo tem uma sala, onde mostra aspectos da história de grandes personalidades negras. Trata-se de um espaço que

procura ligar o Brasil à África, continente fundamental na construção da nossa sociedade, visto que a riqueza que hoje temos foi também construída, em grande parte, pelos africanos. Ainda podemos considerar que foi com essa população que se alcançou, efetivamente, uma mão de obra que enriqueceu as oligarquias presentes em nossa sociedade. Assim, podemos entender que é importante que haja um maior rigor nas nossas estratégias e leis que funcionam para diminuir as desigualdades raciais.

O Brasil é um país multicultural e é preciso aceitar e aderir às culturas diversas. Diante disso, temos como um dos principais obstáculos no processo de “descolonização do conhecimento”, no sentido dado por Miranda (2013), os muros da escola. E assim sendo, é urgente que as instituições tenham como dialogar com os grupos que lutam pela diminuição do racismo e possa influir de maneira positiva nas *(des) aprendizagens*⁴ de abordagens e conceitos eurocêntricos, encontrados em nossas práticas pedagógicas.

Vale ressaltar aqui os trabalhos recentes que denunciam práticas pedagógicas que demonstram a incapacidade de se conviver com as diferenças. Tais processos refletem ranços coloniais e sentimentos de discriminação, de preconceitos, de práticas que reforçam os estereótipos e as crenças distorcidas. Isto é, de imagens do outro que são, fundamentalmente, fruto das representações construídas sobre o negro como sujeito estranho, fora do lugar. O currículo praticado, portanto, poderia fomentar projetos e processos de conscientização que permitissem que os estudantes mudassem suas atitudes. A discriminação e o preconceito são fenômenos que devem ser combatidos. A diversidade precisa ser encarada como algo produtivo e, principalmente, como um dado natural.

⁴ Sobre isso, consultar Miranda (2013).

CAPÍTULO II

O PRECONCEITO DENTRO DOS AMBIENTES ESCOLARES E AS TÁTICAS DE ENFRENTAMENTO

A escola que tem por obrigação ser uma organização democrática e dialógica, não vem cumprindo esse papel com sucesso, visto que, o assunto etnia/raça é para a maioria dos educadores, “um vespeiro” um assunto que não merece e não deve ser abordado em suas aulas, por ser uma questão muito polêmica. Mas, será que podemos enfrentar as formas atuais de discriminação e do pré-conceito, vivenciados dentro de um ambiente escolar? Como forma de amenizar os impactos gerados por esse ato, temos vários programas especiais do governo, programas esses realizados com o discurso, que esses são para ajudar a melhorar o desempenho dos participantes desses projetos.

Dentro dessa questão, o mais inacreditável é que os escolhidos para participarem dessa “ajuda”, são selecionados pelos professores já no primeiro dia de aula e, para a maioria esmagadora das escolhas, o que é levado em conta são os estereótipos e os pré-julgamentos dos professores, que conseguem adivinhar/prever/saber, utilizando esses critérios, quem terá ou não sucesso durante o ano letivo e apontam esses educandos para participarem desses projetos, apenas com ou pela “boa intenção”, de ajudar os mesmos a superar todas as suas dificuldades, previamente julgadas e, para alguns, ou melhor, na maioria dos casos, essa opinião se mostra de maneira equivocada e preconceituosa.

De acordo com o texto *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*, de Nilma Gomes, a autora diz que: preconceito racial é algo aprendido socialmente, visto que nenhuma criança nasce preconceituosa, assim pode-se dizer que o preconceito é um julgamento prévio dos membros de um grupo racial, de uma etnia, de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel significativo. Preconceito é o ato do indivíduo de se fechar em uma determinada opinião, deixando de aceitar o outro lado dos fatos. Desta forma, “(...) nenhuma criança nasce preconceituosa. Ela aprende a sê-lo.” (SOUZA, 2005, p. 55). Conforme a citação, pode-se dizer que o faz e o que pode fazer a diferença nesta sociedade tão preconceituosa, é a forma como criamos e passamos os nossos valores aos nossos filhos e educandos. É preciso haver uma sensibilização docente não só no que se refere à discriminação racial e/ou preconceito, mas em tudo aquilo que envolve e necessita do contato do outro.

Vivemos em um país onde as práticas educativas se inserem em uma realidade eurocêntrica e multicultural, para o qual se faz necessário o ensino de história de acordo com os PCNs, onde o saber fazer docente é de grande importância para que essa realidade seja mudada. A inclusão da conceituação de ‘preconceito’ e ‘discriminação’, é devido à necessidade de ampla análise de como o racismo se processa e é construído na sociedade brasileira, pois como bem aponta Nilma Lino Gomes (2005, p.59), “tanto para as crianças negras quanto para as brancas que convivem com as injustiças sociais do país, a referência que têm do negro está diretamente relacionada a indivíduos em situação de pobreza, ocupando cargos de baixo status social”. Desta forma, ao discutimos preconceito e discriminação em relação ao negro, seja em ambiente escolar ou não, não podemos negligenciar a discussão das categorias/termos “raça” e “cor”, o que já vem sendo abordado por alguns intelectuais da Frente Negra Brasileira.

Assim, dentro desta contextualização, fica difícil não levar em conta que a marginalização do negro foi inevitável devido ao seu passado escravista. Assim sendo, a origem do preconceito racial e de cor teve a sua origem na escravidão. No entanto, sabemos que esse preconceito de cor, se baseia nas características fenotípicas, tais como o tipo de cabelo, a cor da pele, o formato dos lábios, do nariz, etc e que este preconceito também pode operar em termos de classe, ou seja, na medida em que um negro é economicamente bem sucedido, passa a ser classificado como mulato, ou até mesmo como branco. Assim sendo, conforme diz Neusa Santos Souza (1983, p.56), “tornar-se negro, passa por um processo de quebra de estereótipos e representações negativas com relação ao negro, tendo em vista um projeto de construção de uma identidade negra”.

Durante a realização das pesquisas de campo, foi observado que dentro desses espaços, as situações de preconceito, e/ou discriminação, ocorrem com mais frequência entre colegas e, que essas brincadeiras e gozações vividas diariamente por essas crianças e adolescentes apresentam uma tendência geral a uma espécie de hierarquia de xingamento na escola. Na constatação da discriminação/preconceito, fica a certeza de que é preciso que nós, como corpo docente, façamos a nossa parte, a partir de trabalhos de reconhecimento e valorização da diversidade humana e cultural. É preciso que nós, como professores, tenhamos a plena consciência de que a identidade do sujeito não é algo acabado/dado e sim que todo sujeito é construído e dinâmico. Somos influenciados/interpelados, a todo o momento, por meio dos sistemas simbólicos e culturais que perpassam a sociedade.

De acordo com o resultado obtido com esta pesquisa de campo, é possível afirmar que falta a consciência de que somos confrontados com a diferença e fazemos a construção de

nossa identidade a partir dela. Desta forma, a diferença é um elemento importante, na medida em que a luta pelo reconhecimento de múltiplas identidades perpassa pelo reconhecimento da nossa própria existência. Tendo em vista o quadro de desigualdade encontrada na educação com relação ao negro, há a necessidade de um recorte étnico-racial ser visto como algo de grande importância para o reconhecimento do negro como participante do processo cultural do país, deixando de lado a visão dessa sociedade elitista e principalmente racista e incluir/contemplar seu currículo com a verdadeira história das populações negras⁵, partindo de suas origens africanas.

Ainda dentro desta análise da desigualdade encontrada na educação em relação ao negro, é válido ressaltar que o governo dos municípios deve investir e se preocupar em ter uma política educacional voltada para a luta contra a discriminação racial, principalmente, dentro dos ambientes escolares, de acordo com o parecer nº 003/2004, do Conselho Nacional de Educação, que se refere às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, pela Lei nº 10.639, através da Secretaria de Educação, que tem como objetivo erradicar o preconceito e a discriminação racial contra o negro na rede oficial de ensino.

Além disso, também é válido constar a seguinte informação: já na nossa constituição, de 1988, o racismo já era reconhecido e condenado, no entanto, é um fato crescente na nossa sociedade, considerando que ao se perguntar sobre preconceito e discriminação em ambientes escolares, a resposta é a mesma: que esse tipo de acontecimento não existe, pois ali é um espaço educativo, porém, se pararmos para observar o contexto dessas unidades escolares, veremos que esse tipo de evento ocorre com mais frequência do que se imagina, mesmo sendo dentro de espaços educativos. Esse fato precisa de mais atenção já que temos a existência de leis, como por exemplo a lei nº 10.639/03 que estabelece obrigatoriedade do ensino sobre a História e Cultura Afro-brasileira nas escolas públicas de nível Fundamental e Médio para que, dessa modo, se perceba que é preciso dar espaço para outras culturas através da valorização da diversidade humana e cultural, deixando a obrigatoriedade de lado e passando a ser ministrada de forma mais aceitável e integrada ao processo de formação.

O grande número e a incidência de casos de preconceito e o fato das principais vítimas estarem presentes em bairros populares e serem filhos de trabalhadores excluídos são dados alarmantes, considerando que a nossa sociedade é, muitas vezes, injusta e desumana.

⁵ Nomenclatura adotada pelo IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pois para o IBGE: negros é o conjunto ao qual se agrega os pretos e pardos.

O crescente número de trabalhos e pesquisas que visam à sensibilização, além de oferecer suporte técnico dos profissionais envolvidos e que, muitas vezes, são participantes e reprodutores dessas atitudes preconceituosas e racistas, mesmo sendo, em alguns casos, de forma involuntária, vem crescendo, o que é extremamente positivo para o alcance de uma possível resolução. É preciso que os educadores tenham o conhecimento das diferenças étnico-raciais, para agir de forma coerente diante de situações onde possa aparecer esse tipo de abordagem, dentro desses espaços de primeiro convívio social, a fim de valorizar a diversidade de gênero e principalmente de raça.

Agindo de forma omissa, excludente e reprodutora de uma cultura racista, nunca deixaremos de ter um sistema educacional excludente o que contribui com o aumento de casos de fracasso escolar. O saber lidar e o aprender a conviver com as questões raciais dentro das escolas, aceitando desse modo mudar as nossas práticas pedagógicas, é o que pode fazer a diferença. Há uma grande necessidade de conscientização, constante, por nós educadores, de que somos seres sociais e, principalmente, que somos produtores de cultura. É preciso que deixemos de lado o medo de abordar as temáticas ligadas às questões raciais dentro dos espaços educacionais, a fim de tentar reverter esse quadro de segregação e humilhação de raça e para isso, as alternativas e possibilidades são propostas para que, realmente, possam orientar sobre como lidar com essas questões.

Sabemos que o que traz a impossibilidade de conhecimento é a aceitação do fato do racismo, ainda hoje, estar embutido em nossos atos, tanto dentro quanto fora das nossas instituições escolares. Considerando que atitudes racistas e preconceituosas são herdadas culturalmente, é preciso entender que não podemos deixar que nossas crianças ofendam umas às outras com argumento de que é “ coisa de criança “. Não, isso não é coisa de criança. Ela está reproduzindo algo que viu ou ouviu alguém dizer, em um contexto semelhante para ela. Dessa forma, diante desse tipo de situação, não podemos exitar, é preciso a nossa interferência e mediação. É muito comum observamos, durante as brincadeiras, o surgimento de palavras de cunho racista entre as crianças, porém, muitas vezes, nós educadores e adultos que cercam essas crianças, não têm a percepção e a consciência de observar se as brincadeiras não estão tendo um caráter segregatório, para combatê-las no processo educativo. Devemos levar em conta que uma criança não nasce preconceituosa, ela aprende a ser com o meio que a cerca.

O que venho propor aqui é que os profissionais de educação, além de participarem com mais empenho de formações continuadas, fiquem atentos e se conscientizem que são vistos e seguidos como exemplos e referência na formação educacional e cidadã dessas

crianças, que passam por nossas mãos e possam refletir sobre seus atos e atitudes no que se refere às questões raciais e discriminatórias, principalmente, dentro dos contextos escolares.

É preciso ter cuidado na reprodução do nosso exercício de cidadania, especialmente nos espaços de educação, pois ainda é preciso muitas reflexões e debates, além de uma verdadeira conscientização desta necessidade. A educação brasileira ainda é muito conservadora e preconceituosa e isso é notório e, apesar de já possuímos alguns avanços, temos muito a fazer. Se pararmos para observar, iremos constatar que durante séculos a nossa grade curricular foi burguesa e ainda é “embranquecida”, gerando grandes desigualdades raciais e sociais. A história também contribui de forma elitista e perversa, fato este que podemos, de forma coletiva, ajudar a desconstruir essa visão preconceituosa da sociedade.

Na realidade da sala de aula, o/a educador/a se depara, frequentemente, com uma série de situações que evidenciam a reprodução dessas questões raciais e preconceituosas, onde, às vezes, são levadas para o senso comum que, na maioria das vezes, acabam por reforçar o racismo ao invés de combatê-lo. De outro lado, as crianças negras muitas vezes, revelam o desejo de serem brancas, de ter o cabelo liso, se comparam aos personagens das histórias infantis, deixando bem evidente a negação de sua condição racial.

Diante das observações realizadas durante os estágios curriculares e não curriculares, comecei a me questionar o que é preciso fazer para mudar essa vergonhosa realidade brasileira. Sabemos que os espaços escolares são bastante heterogêneos, aspecto esse que pode ser percebido pela diversidade sócio-econômica-cultural, expressa não só pelas crianças e seus familiares, mas também pela equipe de funcionários presente no espaço, constituindo tanto um desafio quanto uma riqueza para análises necessárias.

II. 1 A população negra nos materiais escolares

É grande a necessidade de percepção, conscientização e reaprendizagem de como o negro é visto e apresentado nos livros didáticos e paradidáticos. Aos olhos da sociedade, é comum que o negro não apareça e quando aparece, ele está sempre dentro de uma narrativa estigmatizada, onde as ilustrações são lamentáveis, depreciativas, caricatas além de animalizadas, ou quando é descrito em alguma atividade dentro da sociedade, essa é vista como inferiores e subalternas e, principalmente, a imagem passada aparece sempre como uma minoria e desumanizada. É preciso e necessário se fazer uma releitura e uma reaprendizagem de como são feitas essas apresentações do negro, dentro e fora dos livros.

O surgimento de novas possibilidades do jeito como os personagens negros são suscitados, tanto pelas descrições quanto pelas ilustrações, não só podem como devem ser apresentados de uma forma positiva e construtiva, de maneira que possa vir a contribuir com a autoestima dos educandos negros, além de sensibilizar toda a comunidade escolar.

Cabe a nós, como educadores, utilizar como elemento-chave para uma real e efetiva mudança, a construção de um novo imaginário infantil, pois é o que contribuirá com a construção de um imaginário coletivo.

As imagens que moram em nossas mentes desde a infância influenciam nossos pensamentos durante a vida e podem contribuir (se não forem estereotipadas, inferiorizadas) para a autoestima e aceitabilidade das diferenças, visando uma vida adulta feliz. Para isso essas imagens precisam mostrar nossa “cara”, força e cultura a todos. Dessa forma, possivelmente, os gestos e as atitudes dos seres humanos serão mais éticos, justos, menos etnocêntricos, plurais, enfim, democráticos. (SOUZA, 2001, p.196).

A escola precisa assumir a negritude presente dentro e fora dela, transmitindo o verdadeiro valor do negro, mostrando que está mais presente na história do que se é dito. Apesar de a escola ser um “*locus*” para a emergência de situações adversas, ainda assim encontramos várias barreiras para e na abordagem de questões fenotípicas e culturais. Assuntos voltados para a temáticas raciais são diariamente vivenciadas pela sociedade brasileira e, mesmo diante de tal fato, essas questões são lembradas de que também fazem e devem fazer parte do currículo escolar, somente nos meses de maio ou novembro, meses para os quais há datas que remetem a esta temática. Passando isso, são tratadas como um assunto sem importância, um “bicho de sete cabeças” que não deve ser tratado ou abordado em sala de aula.

Ainda se faz necessário que haja, cada vez em números maiores, as lutas contra a valorização da cultura branca em nossas escolas. É preciso agir para findar essa estigmatização de que o negro só pode ser jogador de futebol, sambista e trabalhadores braçais, pois é devida a essas concepções que alguns professores acabam passando a ideia de que as crianças negras precisam ser educadas para o trabalho físico. Somos nós, como educadores, que temos o dever e a obrigação de mudar esse contexto sociocultural, onde, desde o seio familiar, as crianças negras são educadas para que cresçam induzidas à obediência e à submissão, sem nem ao menos pensar em questionar o porquê de tudo isso, somente com o intuito de contribuir para o bem estar da *sociedade branca*.

Mesmo após a promulgação da Lei 10639/03, não conseguimos encontrar muita coisa diferente, principalmente nos livros didáticos sobre a *história da África* e, nos currículos, essa também é uma questão que se faz ausente. É impossível deixar de notar a diferença e o prejuízo que a falta de abordagem dessa questão pode e acarreta na vida, não só escolar, mas também, e principalmente, na vida social de uma criança negra.

Acredito que, ainda hoje, essa ausência se faz pelo fato de o assunto ser considerado um fator que levaria ao crescimento da autoestima das crianças negras que, sem outros referenciais, acabam tendo vergonha de sua aparência, acrescentando ainda os apelidos pejorativos que circulam dentro do espaço escolar e ainda pela ausência da imagem negra em brinquedos e, principalmente, nos meios de comunicação, onde se, porventura chegar a aparecer, esta será representada com personagens caricatos, engraçados ou com seu nível intelectual inferiorizado.

As mudanças para que esses acontecimentos passem a ser extintos, parecem estar completamente estagnados, visto que entra ano e sai ano, as mudanças nas nossas salas de aula não acontecem, considerando que, dentro dos livros didáticos e paradidáticos, quando o negro aparece, o contexto em que é apresentado, está sempre relacionado aos períodos de escravidão ou algo que remeta a isso.

É possível perceber também que muito do que acontece hoje, em sala de aula, é ocasionado pela falta de orientação dos educadores, pois até mesmo dentro dos cursos de licenciatura, não dão a devida orientação e importância para que este fato possa mudar. Outro fator que também pode ser considerado como um grande agravante do currículo é a precariedade nas condições de trabalho dos professores que, em alguns casos, são impedidos de desenvolverem atividades consideradas adequadas para a abordagem desse tipo de temática.

É grande a necessidade de criação de materiais que aborde a importância desse conteúdo na formação, principalmente, dos educandos negros. É preciso perceber como as escolas interpretam esse material, se este é realmente utilizado para a formação de cidadãos com pensamento crítico, deixando de lado o conservadorismo que, há muitos anos, vem atrasando a evolução do ensino no Brasil. Para aguçar nossas indagações sobre as especificidades da educação das relações étnico-raciais, temos como sugestão de material que traz uma abordagem esclarecida sobre a temática, os livros são intitulados: *A cor da Cultura*⁶ que podem variar entre livros animados, artigos, entrevistas, notícias e documentários. Este material faz uma importante ressalva à diversidade cultural da sociedade brasileira.

Outra sugestão de material para ser utilizado, que também faz uma boa abordagem da questão étnico-racial com ênfase na história da África, sendo um bom suporte teórico, é a *Coleção História Geral da África*⁷ que é distribuída em oito volumes, sendo interessante pontuar que esta coleção foi criada e reeditada por iniciativa da *Organização das Nações Unidas (UNESCO)* para a educação, ciências e cultura. A coleção traz abordagens que vem desde a pré-história até os anos de 1980 e este material está disponível, gratuitamente, para *download* na internet.

Voltando a nossa abordagem inicial, do ponto de vista da autoestima, um aspecto importante a se destacar é que uma obra com personagens negros, os desenhos e traços precisam ser bem evidentes sem *depreciações* e o negro precisa estar em primeiro plano, com uma valorização da sua história e da sua cultura, pois uma criança diante desse tipo de imagens vai se sentir muito mais valorizada e nós adultos também, levando em consideração que o negro foi feito de escravo, mas lutou e resistiu à dominação.

Essa visão atualizada é de extrema importância para as nossas crianças, pois vem a romper com essa tradição de representar os personagens negros de forma estereotipada, resignados, além da frequente utilização de adjetivações pejorativas, ou ainda de colocá-los sempre em condições subalternas. Precisamos de *obras* que coloquem todas as crianças em contato com diferentes culturas, a fim de enriquecer a relação entre os diferentes.

A abordagem da história e da cultura Africana, de etnia e racismo, de uma forma ampla, traz a visão do que é *ser diferente*. Essa visão estereotipada contra o negro dificulta o processo do *assumir-se como negro (a)*, pois isso não é algo que se dá de forma imediata,

⁶ Projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira, teve o seu início em 2004, tem disponíveis produtos audiovisuais, ações culturais e coletivas que visam práticas positivas, valorizando a história deste segmento sob um ponto de vista afirmativo e pode ser encontrado em: <http://www.acordacultura.org.br>

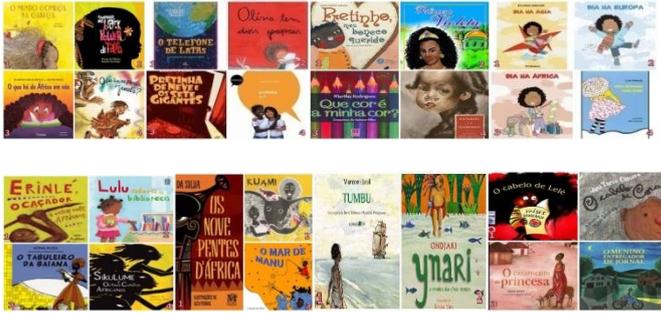
⁷<http://portal.mec.gov.br>

mas, aos poucos, o negro vai se percebendo como negro. Esse é um processo fundamental onde muitos negros necessitam passar por ele, através das inquietações, curiosidades e reflexões sobre essa questão. É preciso ter consciência de que *somos todos diferentes, porém com igualdade de direitos*.

Considerando esse importantíssimo aspecto, é preciso que os autores deem direito e espaço à existência do negro na literatura infantil e infanto-juvenil, desempenhando papel principal, com um perfil bem elaborado, quando não desempenhar o papel principal, de herói, ser personagens que realizem atividades diferentes e valorizados, ter nome e família, ser personagens estudiosos, evitando, ou melhor, não colocando os personagens negros para desempenhar funções subalternas, inferiorizadas e ultrapassadas, mas que sejam personagens do tempo presente e que participam e fazem parte da história. Essa visão oferecerá, ao leitor, uma apresentação positiva dos afrodescendentes, o que irá contribuir de forma direta para a *mudança* dessa rede de significados pejorativos para a palavra *negro*, possibilitando, assim, uma reeducação e uma releitura dessa visão estereotipada do negro, trazendo assim a elevação da autoestima e resgate da cultura afro-brasileira.

Sendo assim, não basta só o estabelecimento de uma interação com o leitor, sendo ele negro ou não, a partir das abordagens de questões históricas e ilustrações que remetam a temática étnico-racial, apesar de serem fatores que contribuem positivamente com a estética e autoestima do negro. Não basta apenas retirar do texto os preconceitos e as discriminações. É preciso enfatizar que essas obras também precisam ser e ter a sua importância dentro do *mercado cultural*, acabando de vez com a *invisibilidade do negro*.

É especialmente importante e necessário que nós, enquanto professores, tenhamos cautela nas escolhas das obras paradidáticas que serão lidas pelos educandos, com a devida consciência de que se ele não estiver verdadeiramente sensibilizado por essa questão, conhecer bem os conceitos de raça, etnia, preconceito e discriminação, além de ler livros com abordagens diversificadas e positivas, acabará reforçando esse imaginário estereotipado sobre o negro.



Menina bonita do laço de fita (Ana Maria Machado)	Meus contos Africanos (Nelson Mandela)
Bruna e a galinha D'angola (Gercilda de Almeida)	Por que o sol e a lua vivem no céu: Conto popular Africano (Andre Koogan Breiman)
A semente que veio da África (Heloísa Pires)	Histórias da Preta (Heloísa Pires e Cia das Letrinhas)
A menina e o tambor (Sonia Junqueira)	Pretinha de neve (Rubem Filho)
Para sempre no meu coração (Annete Aubrev)	Valentina (Márcio Vassallo)
Como é bonito o pé do Igor (Sonia Rosa)	Rosa morena (Iris Borges)
O amigo do rei (Ruth Rocha)	Tequinho: o menino do samba (Neusa Rodrigues e Alex Oliveira)
O menino Nito (Sonia Rosa)	O cabelo de Lelê (Valéria Belém)
Sundjata o leão do Mali (Will Eisner)	Luana, a menina que viu o Brasil neném (Aroldo Macedo)
Chuva de manga (James Rumford)	Betina (Nilma Lino Gomes)
As tranças de Bintou (Sylvanie Diouf)	
Que mundo maravilhoso (Joe Cepeda Julius Lester)	
A menina que bordava bilhetes (Lenice Gomes)	
Quando eu digo, digo (Lenice Gomes)	

Conforme indica a literatura já produzida sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais, é preciso um olhar cauteloso também ao observar como é feita a descrição e apresentação destes personagens a fim do mesmo não servir como meio de chacota às características dos negros. Essas obras podem ser consideradas exceções, pois a maneira como os personagens negros são apresentados é completamente diferenciada do que estamos acostumados a ver. Os personagens são retratados de maneira protagonista, positiva, dentro e pertencente a um contexto familiar e com as ilustrações bem delineadas. Deste modo, as obras apresentadas, estimulam e propiciam novas possibilidades de leitura, interação e conhecimento cuja temática versa sobre as questões étnico-raciais para o público infantil e infanto-juvenil, com um viés literário. A forma como a descrição e ilustração do personagem negro são realizadas, contribui de

maneira construtiva e positiva na construção da autoestima das crianças negras e de forma positiva na sensibilização das crianças não negras e ainda na construção de um imaginário coletivo justo e igualitário.

Ainda dentro deste contexto, os atos imaginativos antecedem mudanças em nossas atitudes e ações. É preciso ter consciência de que as imagens que habitam em nossas mentes, desde a infância, podem influenciar nossos pensamentos durante a nossas vidas, além de contribuir, se não forem negativas, com a construção da autoestima e aceitabilidade das diferenças, mas para que isso realmente aconteça é preciso que as obras didáticas e paradidáticas, principalmente as que são voltadas para o público infantil e infanto-juvenil, mostrem a nossa “cara”, que apresentem os negros como realmente eles são.

Em muitas obras literárias, as características afro-brasileiras são utilizadas de forma que acabam menosprezando e inferiorizando a beleza cultural e histórica dos afrodescendentes, e muitas vezes também acabam colocando, em prova, a sua capacidade de crescimento, porém, de forma disfarçada e sutil, com a ajuda de diminutivos que são utilizados, na maioria dos casos, para amenizar o peso do que está sendo dito. Os personagens negros já aparecem em papel principal em algumas histórias, porém é preciso ter um olhar crítico para perceber o racismo que está impregnado e naturalizado em nossa sociedade. O número de obras com esse tipo de abordagem está crescendo, mas essa reprodução de gestos e atitudes racistas que a sociedade já tem cristalizada, em si, faz com que se perca um pouco de sua essência ao utilizar conceitos e atitudes socialmente impostos nas funções sociais, capacidade mental e física dos afrodescendentes, mas tudo isso na maior sutileza possível, como, a meu ver, é possível notar no trecho de *O Menino Marrom*, de Ziraldo (2009):

Seu nariz, por ser o de um menino marrom, não é pontudinho, ele cresce mais para os lados do que para frente. Era um nariz muito expressivo, porque o menino demonstrava suas emoções por meio dele. O menino marrom era magrinho, tinha joelhos redondos e perninhas finas, peito e ombros quadradinho. Tinha um corpo bonito, de futuro atleta.

E então, voltamos ao ponto de partida, para o qual surgem os seguintes questionamentos: por que o negro é representado como atleta e por que para conquistar

alguma coisa, precisa do auxílio de uma pessoa branca se, perante à lei, somos todos iguais? A sociedade brasileira precisa aceitar que não é a cor da pele ou a diferença cultural que vai fazer uma pessoa inferior ou incapaz. Como educadores, somos interventores políticos e a luta antirracista implica adesão e maior compromisso com a justiça.

Uma das questões a serem consideradas na luta antirracista é a revisão da ausência de heróis e heroínas afro-brasileiros na nossa literatura. Do mesmo modo já é uma realidade a produção de trabalhos que podem ser analisados como diagnóstico e mapeamento da problemática das desigualdades raciais (MIRANDA, DI PIERRO & AGUIAR, 2004) que ajudam na percepção dessas mazelas sociais.

Sobre a adoção de práticas educativas emancipatórias, não podemos negar aos estudantes inferiorizados pela racialização, outras experiências identitárias. Nesse caminho, as diferentes alternativas pedagógicas ganham sentido como a implantação de propostas que possam lidar com as questões da diferença, visto que quase sempre nós, as/os educadoras/es, nos deparamos com esses dilemas e discussões sobre a dificuldade de trabalho. A falta de conhecimento e de consciência impedem o diálogo, além de impossibilitar a aceitação do fato de que o racismo, embutido em nossos atos, continua invadindo, até mesmo os espaços educacionais.

Na contramão desse contexto, é possível perceber como está a autoestima das crianças negras que também internalizam esses conceitos e acabam discriminando a si mesmo, revelando o desejo de serem brancas, com cabelos lisos, como os personagens das histórias infantis, com o pensamento de que ao se assumir como negro, nunca fará parte da história, o que deixa evidente a imagem que a criança e o jovem negro fazem de si, deixando evidente a negação da sua condição racial. A vivência de sala de aula pode ou não trazer indagações, pois diante dessa realidade, não é mais possível que nós, como educadores, conscientes, não tenhamos a percepção do que acontece em nossas salas de aula, para que assim possamos fazer diferente, voltado para a diminuição dessas questões raciais e de preconceito.

É verdade que as formas de trabalho podem variar de acordo com o período histórico e estrutural de uma sociedade, entretanto o que vai determinar as condições de vida material e cultural da maioria da população, será a forma como é organizado o trabalho humano. Desta forma pode-se afirmar então que a escravidão foi a pior delas e, assim sendo, de acordo com Souza,

a escravidão na antiguidade se diferencia da Época Moderna, não pela situação de exploração, mas sim no que torna o homem escravo. Se nas Sociedades Antigas, o ser humano passava a ser escravo em consequência de guerras entre os povos, por dívidas e por nascimento de ventre escravo, na Época Moderna, o ser escravo era determinado por sua etnia. Ser negro e africano, portanto, era a condição principal para ser escravizado, surgindo assim a pior forma de escravidão: a escravidão racial. (1996,p.156)

Deste modo, durante séculos o negro foi, ou melhor, ainda é considerado um objeto, que pode ser vendido e explorado, como um instrumento qualquer. É por esses e outras motivos que necessitamos que a escola procure fazer a diferença, mostrando a real presença do negro na literatura.

CAPÍTULO III

UM BALANÇO SOBRE O QUE MUDOU COM A LEI 10.639/03

A Lei Federal 10.639/03 foi aprovada em março de 2003, tornando obrigatório o ensino da história e da cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas do ensino fundamental ao médio. A retificada lei altera a Lei de Diretrizes e Bases – LDB – e o seu objetivo é promover uma educação que reconheça e valorize a diversidade, tendo como comprometimento as verdadeiras origens do povo brasileiro. Reconhecendo a escola como um espaço de construção não só do conhecimento, mas também de valores e identidade, é possível dizer que o Brasil não contempla de maneira equilibrada as heranças culturais europeias, indígenas e africanas dentro do sistema educacional. Assim, considerando esse contexto, a prática efetiva das prerrogativas dessa lei se faz essencialmente necessário para a construção de uma sociedade cultural igualitária.

Além da obrigatoriedade de conter, na grade curricular do ensino básico, um ensino que valorize também a cultura afro-brasileira, o *caput*⁸ dessa lei alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação; após cinco anos, esta foi modificada para a Lei 11.645/08 que inclui a temática indígena. Apesar de já ter se passado onze anos da promulgação da referida lei, o cenário ainda não é nada animador, no que se refere à aplicação dessa lei, pois ainda há muita resistência das unidades escolares em pôr em práticas essas exigências em seus currículos, pois é possível observar que, mesmo dentro dos cursos voltados para a licenciatura e de pedagogia que são para a formação e preparo de professores para o ensino básico, o caráter eurocêntrico e racista é hegemônico. No campo acadêmico, os professores e pesquisadores que se aventuram em fazer uma reflexão fora desse pensamento e dessa visão europeizantes são poucos. Sendo assim, temos como grave consequência, o fato de que são poucos os profissionais da educação, formados, capazes de dar conta e de por em prática as exigências dessa legislação, além de dificultar a formação de uma massa intelectual crítica para pensar esses temas.

É preciso fazer um alerta, pois a forma como a Lei 10.639/03 vem sendo tratada – somente como atendimento para uma demanda do movimento negro é preocupante,

⁸ No meio jurídico, o termo designa a parte inicial, o título, o cabeçalho do artigo ou regulamento. Quando o artigo inclui parágrafos (§), itens ou alíneas, é uma forma de referir somente à ideia principal do artigo isolando os outros elementos que o constituem.

pois é preciso observar e atentar que as Leis 10.639 e 11.645 trazem alterações na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* e, sendo assim, a normativa da educação nacional se modifica e essas modificações não se resumem em ser apenas mais um mecanismo para impedir a intolerância e o preconceito dentro do ambiente escolar, mas um mecanismo que visa formar cidadãos com consciência de que a nossa sociedade é culturalmente diversa e multiétnica e que, por esta razão, o conteúdo presente na lei tem a sua validade, tanto para as escolas da rede pública quanto da rede particular. Mas para que isso aconteça, sabemos que é preciso redirecionar as energias do movimento antirracista para que, assim, as políticas educacionais direcionadas pelas esferas do poder público façam cumprir a lei, de forma que atenda a toda a demanda, pois é nítido que só o voluntarismo, dos educadores negros, não é e não será suficiente para essa tarefa tão complexa e grandiosa.

Apesar do surgimento da referida lei, ainda hoje é muito comum observarmos que, nas escolas, a questão étnico-racial é lembrada apenas quando há proximidade com datas que fazem referência; além disso, sempre há um equívoco no emprego do termo *escravo*, pelo simples ponto de vista de que ninguém é escravo e sim que as pessoas são escravizadas. Essa terminologia utilizada acaba naturalizando ainda mais a ideia de que ser escravo é uma condição inerente aos seres humanos, devido ao seu peso pejorativo e preconceituoso, pois traz a visão do negro sempre na condição de escravo submisso e passivo.

A Lei 10.639 traz novas propostas para as Diretrizes Curriculares no que se refere ao ensino da cultura e da história afro-brasileira, onde se recomenda que os professores ressaltem, em sala de aula, a cultura e a história afro-brasileira como constituinte e participante na formação da nossa sociedade, valorizando e considerando o negro como sujeito participante do processo histórico. Também é importante pontuar que a referida lei fez-se necessário para garantir uma verdadeira ressignificação e maior valorização cultural das nossas matrizes africanas que são formadoras da existência da diversidade cultural brasileira.

A Lei já completou 11 anos e, ainda assim, não foi aplicada em muitas das nossas instituições de ensino, questão essa que tem como desculpa a ausência de um prazo para a implementação desta lei nas escolas e a falta de preparo e conhecimento por parte dos professores para o ensino desse conteúdo. Entretanto, no Plano Nacional de implementação, possui uma determinação que, entre outros aspectos, traz a meta de

até o ano de 2015, para a implementação do ensino da história negra no currículo escolar.

Nossas escolas precisam adequar e incluir, em seu teor, o ensino de história da África e cultura afro-brasileira, não só nas disciplinas correspondentes como, por exemplo, em história da arte, mas sim em todas as outras, de forma interdisciplinar. Também é importante dizer que, mesmo diante desse contexto de grande recusa por parte das escolas, há as exceções, visto que conseguimos encontrar algumas escolas que apoiam esta causa, oferecendo ferramentas, trocas e acréscimo de conhecimento da história e cultura afro-brasileira e africana.

Já temos algumas instituições que fazem este trabalho, como por exemplo, a *Fundação Cultural Palmares*⁹, que oferece apoio a publicações de livros, além de disponibilizar um acervo físico e digital para pesquisas e também promove debates com professores. Temos ainda o Museu Afro Brasil¹⁰, um espaço que tem como visão preservar, além de celebrar e contar a história da cultura negra, por meio de artes. No entanto, o descumprimento das exigências da Lei 10.639, precisa ser fiscalizado, ou melhor, precisa sumir do nosso espaço escolar. Fato este que só será possível com a presença das abordagens da história e da cultura afro-brasileira nos currículos.

Cabe pontuar que houve por parte de algumas instituições escolares, a tentativa de adesão da lei, partindo de algumas medidas pontuais, o que sabemos não que não é o suficiente. Precisamos entender que a criação e implementação desta lei foi, ou melhor, está sendo uma conquista, apesar de ainda necessitar de muitos ajustes, pois ela ajudou a potencializar a luta pela conscientização contra o racismo. Nessa luta, principalmente dentro das instituições escolares, a Lei 10.639 e as Diretrizes Nacionais de Educação das Relações Étnico-raciais são o norte das ações, de forma a enfatizar a necessidade do reconhecimento, valorização e o respeito ao se falar em nossas aulas de forma respeitosa da África e do negro como participantes da história e riqueza do país.

É preciso mostrar respeito à diversidade, pois nos força a pensar uma educação cada vez mais contextualizada, visto que a partir do momento em que se pensa uma educação voltada para a construção de uma educação para a formação de um ser autônomo, irá perpassar pelo respeito à diversidade, seja ela da educação indígena, do campo, quilombolas, da diversidade religiosa, de gênero, da diversidade sexual ou de qualquer outra.

⁹ <http://www.palmares.gov.br>

¹⁰ Localizado no Parque Ibirapuera em São Paulo.

É esta lei que ajuda na eliminação de práticas pedagógicas tendenciosas e de certa forma cristalizadas, de só levantar a abordagem dessa temática ao se deparar com a proximidade de datas tais como 13 de maio e 20 de novembro. É preciso ter um real pertencimento da questão e fazer a abordagem em qualquer momento, independentemente de datas comemorativas que remetam a isso.

Em nossa sociedade, o racismo já é tão naturalizado e diluído em nosso meio, em nossas relações sociais, pessoais e institucionais que nos passam despercebido e não conseguimos identificá-lo de uma forma espontânea, nem em nós e nem nos outros e muito menos em nossas estruturas sociais, e é principalmente por esse motivo, que ainda hoje, após o 11º aniversário da lei 10.639, encontramos hierarquias, privilégios, desrespeito, discriminação e racismo propagados em nossas instituições de ensino, fato esse que ao ser colocado em prova pela lei, incomoda e desestrutura as nossas relações e a nossa compreensão de sociedade que é dividida, estratificadas em classes e principalmente, em raça e cor e o não cumprimento da lei representa manter a escola no seu papel de cristalizar as nossas desigualdades sociais na qual o papel do negro já se encontra previamente identificado e inquestionável. Já o cumprimento da lei, significa compreender que não podemos adiar mais o pagamento dessa dívida educacional e histórica com a população negra e postergar uma real possibilidade de construir uma sociedade, efetivamente democrática, estendendo que este é só um dos muitos passos para que isso realmente aconteça.

Temos que reconhecer que algumas escolas vestem realmente a camisa e tentam ao máximo desempenhar o papel de uma instituição socializadora, fazendo belos trabalhos de conscientização e reconhecimento da história das populações negras, trazendo para o seu dia a dia atividades que abordem essa temática através de livros, brinquedos, debates e trabalhos de identidade, como foi possível observar em algumas atividades realizadas no período utilizado como pesquisa de campo, em uma escola do Município do Rio de Janeiro e no Instituto de Educação Superior do Rio de Janeiro (ISERJ) onde alguns professores tentam fazer a diferença em sua prática pedagógica, principalmente, referentes ao autoconhecimento, autoestima e identidade, como é possível verificar nas imagens a seguir.



Mural da escola Municipal Portugal¹¹, março de 2014.



ISERJ¹² – professora Ana Paula em uma aula de valorização e autoestima (turma de 2º ano)

¹¹ Escola da Rede Municipal da cidade do Rio de Janeiro, onde atualmente faço Estágio não obrigatório de mediação escolar.

¹² Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, instituição parceira do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID/ Educação Infantil, projeto este em que sou uma das bolsistas (2014.1).

III. 1 As populações negras e a educação no Brasil: o que dizem os PCNs (?)

É um trabalho desafiador interpretar o discurso pedagógico em relação à questão étnico-racial, considerando que a quantidade de publicações são irrisórias, em relação a essa temática. Bem sabendo que essa condição de desigualdade social não é novidade para ninguém, essa diferença teve início com a escravidão no período colonial nos séculos XVI – XIX, período em que se alimentava a ideia de superioridade branca, a fim de justificar a dominação européia que encontrou na diferença dos hábitos e costumes da população negra e indígena escravizada, como menor e inferior. Tentamos, a todos os momentos, deslocar os atos de preconceito e discriminação racial do nosso passado. A maneira como vem sendo escrita e contada a história do passado brasileiro não é e não tem sido muito condizente para o segmento negro no Brasil. Isso pode ser percebido no fato de, mesmo após o surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), ainda ser muito ausente o verdadeiro relato da história com a real participação dos negros.

Atualmente, é possível ver pequenas mudanças favoráveis à autoestima do afro-brasileiros no que se refere ao currículo escolar, materiais didáticos, paradidáticos e pesquisas, salientando a temática étnico-racial. As abordagens estão bem menos restritas a uma clara compreensão de realidade da população negra brasileira. Os estudos das relações étnico-raciais ainda são muito pouco abordados no planejamento pedagógico, mesmo tendo um tópico específico e dedicado à Pluralidade Cultural, dentro dos PCNs. Como uma tentativa de evidenciar as temáticas referentes às diferenças étnico-raciais, boa parte dos debates sobre essa questão, principalmente no início dos anos de 1980, pode-se dizer que foi parar nos Parâmetros Curriculares Nacionais. A temática foi integrada ao currículo, procurando atender as principais reivindicações dos movimentos negros. No documento, a discussão teórica é bem vasta, porém o texto não apresenta um corpo de ideias que ajudem a justificar e orientar as ações que foram propostas. Encontramos muitas críticas sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCNs ao longo dos últimos anos, por ainda reproduzir o mito de uma democracia racial, onde todos são iguais e possuem os mesmos direitos, se valendo da ideia de que não há preconceito no Brasil.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o item *Pluralidade Cultural* faz abordagens sobre as referências históricas no que tange ao combate à discriminação racial, mas quando a leitura do documento é feita, é possível perceber que o texto dá a

entender que ele é voltado para a realidade da população negra. O que mostra que há, mesmo de forma involuntária, uma identificação entre os conceitos pluralidade cultural e as questões referentes à raça e, diante deste fato, é válido ressaltar novamente a necessidade de se ter e de pensar em *formação continuada*, como aliada no combate ao preconceito e à discriminação. Para isso é preciso que o professor tenha o reconhecimento da complexidade que envolve essa problemática social, étnica e cultural.

Por ser um espaço de convívio entre jovens de diferentes origens e culturas, considerando a valorização da *alteridade* como um dos elementos chave para a construção do eu, a escola possui um papel fundamental nesse processo, pois mostra como se dá as regras para o convívio dentro de um espaço público para que se conviva de maneira democrática com a diferença e ainda pela forma sistematizada dos conhecimentos sobre o país e o mundo, levando importantes debates sobre as questões raciais.

Quando paramos para observar como isso acontece hoje nas escolas, a impressão que se tem é que esta questão continua sendo apenas folclore, considerando que o plano aponta para a necessidade de se estabelecer uma abordagem conceitual que fosse o menos contraditório possível, no que diz respeito à abordagem das diversidades culturais, porém pelo que se vê, o documento mantém esta contradição. “É preciso que saibamos que todos são diferentes e, de alguma forma, isso não implica necessariamente em desigualdades”. (SOUZA, 2001, p. 56).

No presente documento ainda há um equívoco muito grande sobre a real abrangência da palavra pluralidade cultural, é “clara a referência ao mito da democracia racial; o que preocupa é o fato de essa referência não ter provocado a compreensão do que seria esse mito, pois a própria estrutura do documento é a prática do mito.” (SOUZA, 2001, p. 57).

Sabemos que a questão da discriminação racial é extremamente social e, dessa forma se faz presente em toda instituição socializadora, como por exemplo na escola, na igreja, na família e comunidade e levando isso em consideração, que não cabe ao professor, única e exclusivamente, fazer as abordagens étnico-raciais. Fica evidente a necessidade de um trabalho em conjunto com entre todas essas instituições. Segundo esta análise, é possível dizer que o teor dos parâmetros acaba soando como um discurso ideológico, entretanto, o fato de a temática estar presente em um documento pedagógico

no âmbito nacional, mesmo este sendo de forma precária, é um grande avanço, pois sabemos que só é possível pensar algo que está materializado.

O caminho a ser percorrido ainda é muito longo, pois as pesquisas não são muito inovadoras em relação a esta temática perpetuando assim o mito da democracia racial, levando em conta que ainda hoje, mesmo após todos esses anos de lutas, os nossos professores ainda não sabem ao certo como abordar e trabalhar com as questões étnico - raciais.

Quando aproximamos os descritores “Relações Raciais” e “Educação”, encontramos, notadamente, como pano de fundo, uma preocupação com as questões sobre a seleção de conhecimentos, a formação a partir da perspectiva da pluralidade cultural e temas sobre as desigualdades na forma de representação dos/as negros/as nos objetos adotados pela administração do sistema educacional. (MIRANDA, 2013, p. 111).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, quando traz o item pluralidade cultural, nos deixa perceber a necessidade de maiores abordagens sobre esse tema. Entretanto, o que preocupa é como alguns tópicos que são abordados soam mais como um discurso ideológico do que como uma simples proposta pedagógica aos educadores e como fazê-lo de forma a não reforçar e não ampliar os processos discriminatórios. Ainda há muito a se debater e esclarecer. Acredito que ainda é preciso muito mais empenho e dedicação na criação e definição de metodologias que visam, verdadeiramente, o combate à discriminação e o preconceito racial, principalmente dentro dos ambientes escolares e para isso é preciso a convivência dos diferentes grupos culturais, sem um desmerecer o outro, colocando-as sempre em um mesmo patamar.

Esta temática redonda sempre na necessidade de se ter cautela ao analisar e abordar a construção da identidade de pessoas negras, em trazer experiências inovadoras para os afrodescendentes e nas análises dos livros didáticos e paradidáticos. Aos poucos, essa luta vem ganhando espaço e o entendimento de sua necessidade por nós professores, pois traz para si a problemática racial e tenta diminuir a discriminação dentro dos espaços escolares, principalmente. Não é só lembrar-se da temática ao se deparar com a proximidade de datas que de alguma forma fazem referência a este assunto, como por exemplo, Consciência Negra; lei Aurea; Zumbi, etc. É importante e necessário se fazer um trabalho contínuo, pois “mesmo quando estamos presentes na condição de exceção em espaços mais privilegiados, isso não significa necessariamente a garantia de integração.” (SOUZA, 2001, p. 60).

Os estímulos cognitivos precisam ser realizados na mesma medida, para todas as crianças, independentemente, da cor da pele. As oportunidades de crescimento social, cognitivo e emocional não podem visualizar somente as diferenças na cor da pele, mas sim a capacidade intelectual de cada indivíduo. É preciso deixar a diferença e a rejeição fora do espaço da escola, pois é nítido a necessidade de se atentar para não reproduzir todos os mitos e ideias internalizadas sobre as questões raciais estigmatizantes que temos dentro de nós.

Dessa forma, “a rejeição precisa ser compreendida pelos educadores, negros ou brancos, porque só assim podemos educar crianças para que convivam com as outras sem que riam ou chorem por causa de seus olhos, seus lábios, sua cor de pele ou textura capilar.” (SOUZA, 2001, p. 61), pois, dessa forma, os aprendizados e os comportamentos do grupo se darão de uma forma mais socializadora. Todavia, é válido e coerente dizer que diante das abordagens aqui realizadas, é nítido que ninguém nasce preconceituoso, mas aprende a ser com o convívio e observações de atitudes naturalizadas que acabam por reproduzir o mito de que não existe o preconceito racial.

Sabemos que nós, seres humanos, desde o nosso nascimento nos encontramos submersos a uma estrutura social e ainda que essa estrutura, por sua vez, acabe transformando o indivíduo também em sua própria estrutura, lhe fornece um sistema de signos construídos que acabam modificando o seu pensamento, propondo uma cadeia de indefinidas obrigações. Portanto, é evidente que a vida social transforma, principalmente, a inteligência e valores sociais, pelas regras impostas ao pensamento pelas normas e lógicas coletivas.

É preciso incluir a percepção da internalização e da imitação do real para que, dessa forma, a reprodução do preconceito em ambientes escolares dê espaço a uma verdadeira democracia, onde todos são vistos como iguais, mudando essa realidade onde

as experiências do nosso cotidiano não passam para os sujeitos, formas edificantes e respeitadas de ver o negro. A ideologia de branqueamento perpassa todos os espaços. Além disso, a cor preta é sempre associada ao negativo. A simbologia associada à cor negra reforça estereótipos em relação aos negros, enquanto a cor branca é associada a aspectos positivos da vida humana. (OLIVEIRA, 1999. p. 104).

Fato este que é inaceitável, principalmente, em espaços destinações à educação, tendo em vista que a destruição da identidade negra por meio do fortalecimento do ego branco é um ato envolto em sutilezas e um traço da violência racista que pode causar

danos psicológicos, sociais, culturais e emocionais gravíssimos, onde o sujeito é levado, pela sociedade, a assumir e reformular a sua identificação social, o que muitas vezes pode comprometer até a sua saúde mental devido ao fato de para se ter um convívio e uma aceitação social, o negro assume uma identidade incompatível com o seu verdadeiro eu. Precisamos perceber que não é a presença de negros que extingue a discriminação racial nos espaços mais distintos e sim a real e verdadeira percepção de que somos todos iguais e que todos merecemos respeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ALGUNS APORTES PARA UMA PRÓXIMA PESQUISA

Os resultados aqui apresentados são parte de um trabalho inicial de reflexão que teve início durante o tempo de participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência¹³ – subprojeto Ensino Fundamental, nos espaços de interlocução que foram reconhecidos durante os estágios obrigatórios e não obrigatórios e no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência, subprojeto de Educação Infantil, ambientes fundamentais para compor a minha pesquisa. Espaços essenciais para a observação e a percepção de como o campo das Relações Étnico-raciais no espaço escolar necessita de maior análise e vivência. Acredito que as narrativas aqui apresentadas irão contribuir para a formação de educadores/as e de estudantes-pesquisadores, para que juntos possamos mudar a nossa prática docente de forma que estas sejam de fato emancipatórias, buscando resgatar as histórias das populações negras.

A pesquisa iniciada trouxe um olhar mais criterioso acerca dos estudos sobre Educação para as Relações Étnico-raciais, pois através das observações foi possível perceber que é possível partir para abordagens que favoreçam a sensibilização por parte de nós educadoras/ES, para a promoção de práticas educativas significativas. Além disso, é possível afirmar que os objetivos traçados foram alcançados, pois são perceptíveis as mudanças, que apesar de serem muito pequenas, fazem a diferença no campo pedagógico, o que incentiva a possibilidade de continuação na investigação.

A troca de saberes foi de grande importância já que pude perceber o quanto a prática docente é uma das mais relevantes questões investigadas no campo da Educação. Com base nessa compreensão, somos levados a entender a força das nossas opções quanto ao processo de ensinar-aprender.

É preciso adotar uma pedagogia emancipatória na tentativa de diminuir a discrepância social. É necessário denunciar as formas inequívocas para que possamos inibir a discriminação, pois estas não são eliminadas automaticamente com a legislação. Todavia, é válido pontuar que, diante de tantos questionamentos, a pesquisa aqui

¹³ PIBID: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência.

apresentada, não está finalizada, pois tomando como base a tessitura de subjetividades e conhecimentos, percebe-se que este é apenas o primeiro passo.

Tenho a mais absoluta certeza que este trabalho é só o começo de novos questionamentos, dúvidas e reflexões acerca desta e outras temáticas para que, desta forma, eu possa trazer as minhas contribuições ao campo educacional, tendo a plena certeza de que o preconceito é algo implantado pela sociedade e assim mostrar que é possível trazer para sala de aula a mudança que queremos ver na sociedade, pois de acordo com Cavalleiro (2001, p. 56), “é preciso que saibamos que todos são diferentes e, de alguma forma, isso não implica necessariamente em desigualdades.”

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação das relações étnico- raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, DF, 2004.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola/** Elaine Cavalleiro (organizadora). – São Paulo: Summus, 2001.

DOMINGUES, Petrônio José. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, p. 113-136, 2007.

FAZZI, Rita de Cássia. **O Drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito/** Rita de Cássia Fazzi – Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei Federal nº 10.639/03**. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MIRANDA, Claudia. **Currículos Decoloniais e outras Cartografias para a Educação das Relações Étnico-Raciais: Desafios Políticos- Pedagógicos frente à Lei 10.639/2003**. Revista da ABPN, v 5, n.11. jul. – out. 2013, p. 100-118.

MIRANDA, Claudia, AGUIAR, Francisco L. de, DI PIERRO, Maria C. (Orgs.). **Bibliografia básica sobre relações raciais e educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

OLIVERIA, Iolanda de. **Desigualdades raciais: construções da infância e da juventude**. Niterói: Intertexto, 1999.

PORTER, Judith D.R. **Preconceito Racial na infância: o debate acadêmico**, In: **FAZZI, Rita de Cássia. O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA, Maria Elena Viana. **Pluralismo Cultural e Multiculturalismo na Formação de Professores: espaços para discussões étnicas de alteridade**. Revista HISTEDBR On-line Campinas, n.19, p.89 -100, set. 2005.

SOUZA, Yvone Costa de. **Crianças negras: deixei o meu coração embaixo da carteira / Yvone Costa de Souza**. – Porto Alegre: Mediação, 2002.

Sites consultados:

<http://www.dicionarioinformal.com.br>

<http://www.dicio.com.br>

<http://www.significados.com.br>

<http://portal.mec.gov.br>

<http://www.acordacultura.org.br>

<http://www.geledes.org.br>

<http://conae2014.mec.gov.br>

<http://www.palmares.gov.br>

<http://www.afroeducacao.com.br/lei-10-639-03>

<http://seppir.gov.br>

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014>